



Comprovante de Publicação

Nº: 38695

Data/Hora Veiculação: 23/10/2017 00:00

Ato: ATA DA 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR - 03/10/2017

Assunto: 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Tipo: Ata do Conselho Municipal do Plano Diretor

Órgão 1: Prefeitura do Município

Órgão 2: CMPD - CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Ementa: AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS QUATORZE HORAS, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, RUA CEARÁ, Nº 79, PARQUE CACHOEIRA, REALIZA-SE A SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 DA GESTÃO 2017-2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR - CMPD. PAUTA DA REUNIÃO: PROCESSO Nº 9470/2017 - RENATO CORDEIRO JUSTUS (RETORNO), PROCESSO Nº 10344/2017 – PARANÁ OIL (SS2), PROCESSO Nº 3844/17 – EIV ELIO WINTER (RESIDENCIAL TORRES), PROCESSO Nº 10402/16 – EIV IMMERGRÜN, MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCESSOS Nº 7053/17 E Nº 10689/17, REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO E ASSUNTOS GERAIS.

Identificação:

4613/2017

Data Publicação

: 24/10/2017

Completo

CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2017 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Rua Ceará, nº 79, Parque Cachoeira, realiza-se a sétima reunião ordinária de 2017 da gestão 2017-2019 do Conselho Municipal do Plano Diretor - CMPD, estando presentes os visitantes Ivan A. Lins da ACIAA, Denis S. Basso da ACIAA, Adriani Kokubo da Câmara Municipal, Elisângela Perpétuo da Câmara Municipal, Helen K. Brehmer da SMPL, o secretário executivo Victor Aurélio Antunes e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Rúbia Fabiana Baja, Reginaldo Dias Damacena, Gustavo Tanaka Zelaga, Juscelino Katuragi de Melo, Pérciles Alves Pinto, Maria Eunice Rodrigues Siqueira, Arethusa Lopes Rodrigues, Mario Almeida Costa, Gustavo Nunes Silvestrin, Fabrício de Lima Gomes de Melo, Fabiana Moreno Casado, Hélio Luiz Bzuneck, Bruno Tonel Otsuka, Lidienne do Rocio Guerra Avelleda e Rosicler Corso. Pauta da reunião: Processo nº 9470/2017 - Renato Cordeiro Justus (Retorno), Processo nº 10344/2017 ? Paraná Oil (SS2), Processo nº 3844/17 ? EIV Elio Winter (Residencial Torres), Processo nº 10402/16 ? EIV Immergrün, Ministério Público ? Processos nº 7053/17 e nº 10689/17, Revisão do Regimento Interno e Assuntos Gerais. Bruno Tonel Otsuka inicia a reunião com o processo nº 9470/2017 Renato Cordeiro Justus e explica que esse processo está voltando da Câmara Técnica de Mobilidade e da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo, com retorno sobre o enquadramento no Setor de Serviços 2 ? SS2 de um terreno com barracão para locação, com parecer apenas da Câmara Técnica de Mobilidade. Bruno Tonel Otsuka explica ainda que a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo não emitiu parecer porque não havia informações sobre a atividade que seria desenvolvida no barracão, porém o processo nº 10344/2017 ? Paraná Oil, próximo em pauta, é justamente referente ao uso do barracão e sugere que os dois processos voltem para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo para elaboração de parecer e retornem na próxima reunião para análise dos pareceres da Câmara de Mobilidade e da Câmara de Uso e Ocupação do Solo e todos concordam. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto o processo nº 3844/17 ? EIV Elio Winter (Residencial Torres) e Fabiana Moreno Casado apresenta o empreendimento que se trata de Conjunto Habitacional com duas porções da área a serem ocupadas pelas unidades habitacionais, tendo um total de 193 unidades (uma área com 151 unidades e outra com 42 unidades) e outra área a ser ocupada pela área institucional, em terreno com área de 248.583,94 m² na Rua Cascavel s/n, Bairro Iguaçu, para atendimento às faixas 1,5 a 2 do programa federal Minha Casa Minha Vida. Informa ainda que o lote possui aproximadamente 70% da área com restrição ambiental à ocupação. Reginaldo Dias Damacena pergunta se a área institucional a ser doada ao município tem boas condições para ser utilizada. Fabiana Moreno Casado responde que a área de doação institucional está dentro dos parâmetros exigidos pela legislação para uso institucional e que a área total a ser doada é muito maior que a exigida. Bruno Tonel Otsuka questiona se a Comissão de Avaliação de EIV identificou os principais impactos do empreendimento e se já propôs alguma medida mitigadora. Fabiana Moreno Casado responde que foi solicitada a inclusão no projeto de bolsões de retorno nos acessos do empreendimento. Após discussão Bruno Tonel Otsuka coloca em votação a aprovação do encaminhamento do EIV Residencial Torres para Audiência Pública. Aprovado o encaminhamento por unanimidade. Bruno Tonel Otsuka passa para o processo nº 10402/16 ? EIV Immergrün e Fabiana Moreno Casado explica que se trata de uma unidade industrial de fabricação de peças para casas em Steel Frame e Wood Frame, na Estrada do Guajuvira, no Setor de Serviços 2 - SS2. Pérciles Alves Pinto fala que o acesso da Estrada do Guajuvira a BR 476 (Rodovia do Xisto) não é adequado ao fluxo de caminhões que o empreendimento trará, pois não tem alças de acesso. Fabiana Moreno Casado comenta que a responsabilidade pela melhoria do acesso citado é da concessionária da BR 476 e que a empresa cabe informar os impactos que ela trará para que possam ser analisados e orientar as ações da prefeitura. Pérciles Alves Pinto fala que é favorável em envolver a empresa em algum grau na solução das alças de acesso e fala que podem ser adotadas duas posturas em relação a situação, ou deixar a empresa se implantar e depois leva a demanda da melhoria do CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2017 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 acesso a concessionária da BR

476 ou solicitar como pré requisito para que a empresa possa se instalar que ela adiante junto a concessionária a execução da melhoria do acesso ou pelo menos o projeto. Mario Almeida Costa fala que solicitar a participação da empresa na solução da melhoria do acesso seria inviabilizar o negócio e isso não traria benefício ao município e que quanto mais restrições a instalação de empresas existir menos desenvolvimento a cidade terá. Arethusa Lopes Rodrigues fala que o acesso da Estrada do Guajuvira a BR 476 (Rodovia do Xisto) já é problemático com o atual movimento e que o fluxo adicional de caminhões que a empresa trará vai agravar o problema e que é importante registrar alguma observação sobre isso. Mario Almeida Costa fala que a concessionária tem projeto de duplicação da BR 476 (Rodovia do Xisto) no trecho do acesso citado e que nessa duplicação inevitavelmente haverá modificação no acesso. Rúbia Fabiana Baja fala que o problema do acesso tem que ser resolvido mas que não caberia cobrar do empreendedor a solução do problema do acesso pois isso inviabilizaria o negócio. Péricles Alves Pinto questiona se não caberia ao menos solicitar que o empreendedor busque informações junto a concessionária de possível projeto de alteração no acesso da Estrada do Guajuvira a BR 476 (Rodovia do Xisto). Rúbia Fabiana Baja fala que vale a pena pedir informações desde que isso não venha a gerar uma cobrança do empreendedor solucionar a melhoria do acesso citado. Após discussão Bruno Tonel Otsuka sugere como encaminhamento a aprovação do EIV para Audiência Pública e o encaminhamento da sugestão de que sejam levados em conta na elaboração do Termo de Compromisso melhorias na iluminação e na infraestrutura da via de acesso (Estrada do Guajuvira), além de solicitar informações ao empreendedor sobre a existência de projetos de alteração do acesso da Estrada do Guajuvira a BR 476 (Rodovia do Xisto) junto a concessionária da BR 476. Bruno Tonel Otsuka coloca em votação a aprovação dos encaminhamentos propostos. Aprovados por unanimidade. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto os processos nº 7053/17 e nº 10689/17 do Ministério Público. Bruno Tonel Otsuka explica que no processo nº 7053/17 consta o ofício nº 1009/17 do Ministério Público para o CMPD, já enviado anteriormente por email aos conselheiros, requisitando informações sobre sobreposições e/ou conflitos de atribuições entre o Conselho Municipal de Urbanismo CMU e o CMPD e faz a sua leitura. Bruno Tonel Otsuka fala que solicitou mais prazo ao Ministério Público para responder o ofício e trazer para discussão na reunião do Conselho. Bruno Tonel Otsuka fala que no processo nº 7053/17 consta também resposta da SMUR ao Ministério Público sobre o mesmo assunto e faz a leitura da resposta, já enviada por email anteriormente aos conselheiros. Após discussão fica deliberado por unanimidade encaminhar o processo a Procuradoria Geral do Município - PGM solicitando parecer quanto a sobreposição de atribuições entre os conselhos antes da elaboração de uma resposta. Victor Aurélio Antunes fala que para a solicitação de parecer da PGM será necessário pedir mais prazo ao Ministério Público para responder o ofício nº 1009/17. Bruno Tonel Otsuka passa para o processo nº 10689/17 e fala que no processo consta o ofício nº 974/17 do Ministério Público para o CMPD para dar ciência quanto ao relatório, já disponibilizado anteriormente na página do CMPD para os conselheiros, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo (CAOPJ-HU) do Ministério Público sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS. Fabiana Moreno Casado faz a leitura das recomendações finais do relatório. Fabricio de Lima Gomes de Melo fala que o relatório aponta a existência do PLHIS, mas com falhas na sua execução e atualização. Bruno Tonel Otsuka questiona se o relatório deveria ser encaminhado a COHAB-Araucária. Péricles Alves Pinto sugere encaminhar o relatório a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo antes de deliberar. Após discussão fica deliberado por unanimidade encaminhar o relatório para a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo. Bruno Tonel Otsuka passa para o próximo assunto a Revisão do Regimento Interno e Victor Aurélio Antunes informa que o novo Regimento Interno já foi enviado para publicação e provavelmente na próxima reunião já estará vigente. Bruno Tonel Otsuka passa para os assuntos gerais e fala que iniciou junto com o COMDERA uma discussão sobre as áreas irregulares na área rural e fizeram uma visita ao CMPD - REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2017 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 cartório de registro de imóveis para começar a entender melhor a situação. Gustavo Nunes Silvestrin fala que a intenção é envolver os diversos atores para discutir em conjunto a questão das áreas irregulares na área rural, possivelmente até em uma Audiência Pública para isso. Bruno Tonel Otsuka comenta que o ideal na realização de uma Audiência Pública sobre as áreas irregulares na área rural era ter a participação do Ministério Público. Rúbia Fabiana Baja pergunta qual o resultado da visita ao cartório de registro de imóveis. Bruno Tonel Otsuka fala que pelas informações levantadas não tem como barrar o registro das áreas e o problema seria com o uso da área posterior ao registro. Bruno Tonel Otsuka comenta que no registro é assinado um termo de compromisso em que o requerente se compromete a não usar de forma ilegal a área. Gustavo Nunes Silvestrin comenta que foi levantada a informação de que muitas vezes existe um procurador que faz o registro e assina o termo de compromisso sem que a pessoa que autorizou a procuração saiba de todo o conteúdo e obrigações do que foi assinado. Péricles Alves Pinto fala que é um equívoco tentar barrar o registro das áreas, pois isso não é possível, e a solução seria o município fiscalizar o uso da área. Fabiana Moreno Casado lembra que o município só pode fiscalizar as construções irregulares da área rural e o parcelamento do solo quem fiscaliza é o INCRA e comenta que alguns municípios fizeram parecerias com o INCRA para poder fiscalizar também o parcelamento do solo. Mario Almeida Costa fala que foi feita uma Lei ano passado que possibilita a regularização de áreas irregulares na área rural existentes até 2016. Bruno Tonel Otsuka fala que ele e o conselheiro Gustavo Nunes Silvestrin estão monitorando a situação das áreas irregulares da zona rural e estão trazendo o retorno ao Conselho. Gustavo Nunes Silvestrin fala que está agendando reunião semana que vem para tratar de convênio com o INCRA na fiscalização do ITR e que o município teria a vantagem de poder fiscalizar a área rural e a vantagem de com o aumento da fiscalização poder aumentar a arrecadação do ITR, pois o município fica com 50% do arrecadado. Victor Aurélio Antunes fala que foi enviada solicitação para a substituição da conselheira Josiane Novak Sukow e que em breve será feito novo decreto de nomeação dos conselheiros. Juscelino Katuragi de Melo solicita que todos os conselheiros sejam avisados das datas em que ocorrem as reuniões das Câmaras Técnicas para poderem participar e Bruno Tonel Otsuka fala que a partir de agora todos os conselheiros serão avisados das reuniões. Uma representante da diretoria da ACIAA presente fala que existe a situação do mau cheiro no bairro Iguazu e que isso seria consequência de problemas na execução do contrato com a Sanepar e questiona se não caberia esse assunto no CMPD. Bruno Tonel Otsuka fala que no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente CONDEMA existe uma Câmara Técnica para tratar sobre esse assunto. Bruno Tonel Otsuka encerra a reunião às 16h10min. Nada mais a relatar eu secretário executivo Victor Aurélio Antunes, lavrei e assino a presente ata. Bruno Tonel Otsuka Presidente Pedro Emanuel Sfindrych Vice-presidente Victor Aurélio Antunes Secretário Executivo MUNICIPIO DE ARAUCARIA:76105535000199 Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE ARAUCARIA:76105535000199 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica Federal, ou=AC CAIXA PJ v2, cn=MUNICIPIO DE ARAUCARIA:76105535000199 Dados: 2017.11.27 11:16:10 -02'00'